

O BRAZIL NÃO MERECE O BRASIL? IMPASSES DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E O PARADOXO DE RAÍZES DO BRASIL

João Cezar de Castro Rocha¹

RESUMO

Análise das modificações nas edições de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Proposta para uma nova abordagem para a disciplina do pensamento social brasileiro.

Palavras-chave: Pensamento Social Brasileiro. Ensaio. Nação. Sérgio Buarque de Holanda.

ABSTRACT

A study of the changes in the editions of *Roots of Brazil*, by Sérgio Buarque de Holanda. Proposal towards a new approach to the discipline Brazilian Social Thought.

Keywords: Brazilian Social Thought. Essay. Nation. Sérgio Buarque de Holanda.

O Brazil não merece o Brasil
O Brazil tá matando o Brasil

Aldir Blanc, Maurício Tapajós

Uma fonte fundamental

O pensamento social brasileiro constitui uma fonte fundamental para se entender o sentido e a pluralidade das reflexões acerca da formação do país. De fato, trata-se de um campo de estudos em crescimento constante:

¹ Professor Titular de Literatura Comparada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Autor de treze livros e organizador de mais de vinte títulos. Artigo escrito graças à bolsa concedida como Pesquisador Visitante / Xiaoxiang Scholar da Universidade Normal de Hunan (HNU) e do Humboldt Centre for Interdisciplinary Research at Hunan Normal University. E-mail: jccr123@yahoo.com.br.

Nos últimos trinta anos, pesquisas sobre as tradições intelectual, cultural, social e política brasileiras, ao se identificarem e serem identificadas como “pensamento social brasileiro”, contribuíram para dar forma a esta área de pesquisa que, hoje, tem apresentado uma dinâmica muito particular e amplas condições de afirmação no âmbito das ciências sociais praticadas no Brasil. (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011, p. 11.)

Disciplina acadêmica com ascendência nobre, pois, antes mesmo do fortalecimento da pesquisa universitária, a tradição do ensaísmo nacional produziu títulos incontornáveis para a decifração do enigma Brasil e sua atualidade afirma-se em temas os mais variados: “Respondendo à pergunta formulada por Lilia Moritz Schwarcz e André Botelho sobre como via o futuro da área do pensamento social brasileiro, apontei a contemporaneidade da temática que constantemente o animou”². Nessa passagem, Eli-de Rugai Bastos referia-se a estudos da década 1950 e 1960; poderíamos, contudo, remontar inclusive ao século XIX e às primeiras décadas do século XX, e teríamos à disposição uma autêntica biblioteca de títulos de grande relevância para embasar a reflexão sobre os impasses e as promessas do país. Traço, aliás, definidor das culturas latino-americanas em geral, cuja tradição ensaística de interpretação dos dilemas nacionais é um dos eixos da vida intelectual do continente.

Por isso mesmo, nas últimas décadas, a expansão do campo dedicado ao pensamento social brasileiro é uma realidade palpável:

Na última década, a área do chamado pensamento político-social brasileiro apresentou uma expansão significativa. Ela pode ser medida pelo aumento expressivo do número de dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação; de comunicações apresentadas. (LYNCH, 2013, p. 727.)

Recentemente, uma iniciativa pioneira promete uma sistematização e um alcance inéditos, por meio da criação da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS), que apresenta uma definição generosa do campo de estudos, destacando a abrangência potencial de objetos de estudo, que autoriza a inclusão de atividades que não são necessariamente acadêmicas:

2 Um exemplo marcante: as reflexões dos anos de 1950 e 1960 acerca de questões relativas à exclusão e marginalidade nos mundos rural e urbano seguiram alimentando trabalhos recentes (BASTOS, 2011, p. 52).

A Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS) é uma iniciativa da rede de pesquisadores da área de pensamento social, especialização interdisciplinar que reúne praticantes das ciências sociais, história, estudos literários, artes em geral e educação. Tradicionalmente, sua agenda de investigação está concentrada na *análise das interpretações da sociedade brasileira* que estão presentes em ensaios, monografias científicas e obras de arte (romances, pinturas, etc.), bem como dos grupos intelectuais e artísticos que produzem essas interpretações. (BRASIL JR.; CARVALHO, 2017, p. 144, grifos meus.)

Neste artigo, gostaria de propor uma hipótese que, sem deixar de reconhecer tanto a centralidade do pensamento social brasileiro, quanto a riqueza de seus resultados, ainda assim valorize uma contradição que talvez não possa ser resolvida. Se vejo bem, o ensaio de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, levou essa contradição a seu ponto máximo; isto é, em sua primeira edição (1936). As revisões feitas em edições subsequentes tornaram o ensaio menos contraditório.

Infelizmente — como tentarei demonstrar.

Uma resposta (ao fim e ao cabo?)

Principio com uma breve anamnese de um fracasso: o meu próprio.

No meu primeiro livro, *Literatura e cordialidade* (CASTRO ROCHA, 1998), identifiquei uma intrigante modificação nas edições de *Raízes do Brasil*, especialmente em seu primeiro parágrafo, embora no livro todas as mudanças substanciais também tenham sido realizadas. Contudo, não fui capaz de ir além da mera identificação. E não apenas porque meu propósito era caracterizar a permanência da cordialidade nas relações sociais, mesmo nas condições de uma sociedade urbana e modernizada, e sobretudo nos campos artístico e intelectual. Sérgio Buarque de Holanda considerava que a urbanização da sociedade e a modernização da economia levariam à superação da sociabilidade cordial. Em seu célebre fecho da polêmica com Cassiano Ricardo, o autor de *Monções* foi cristalino:

Com a progressiva urbanização, que não consiste apenas no desenvolvimento das metrópoles, mas ainda e sobretudo na incorporação de áreas cada vez mais extensas à influência metropolitana, o homem cordial se acha fadado provavelmente a desaparecer, *onde ainda não desapareceu de todo*. E às vezes receio sinceramente que já tenha gasto muita cera com esse pobre defunto. (BUARQUE DE HOLANDA, 2016, p. 401, grifos meus³.)

3 Por motivos que ficarão óbvios, citarei diversas edições de *Raízes do Brasil*.

Pelo contrário, busquei mostrar que a cordialidade não somente se adaptou às novas condições e permaneceu vigente, com também inverteu ironicamente a equação buarquiana. Isto é, a extensão das áreas de “influência metropolitana” deveria levar ao eclipse da família patriarcal e, portanto, ao ocaso das relações cordiais. Insidiosa, porém, a cordialidade levou a melhor nesse jogo de soma zero e subverteu a ordem das metrópoles, impondo sua lógica peculiar, na qual a esfera privada lança uma sombra dominante no espaço público. Exatamente como o “malandro cordial”, imaginado por Chico Buarque de Holanda, em sua canção “Homenagem ao malandro”:

Agora já não é normal
O que dá de malandro regular, profissional
Malandro com aparato de malandro oficial
Malandro candidato a malandro federal
Malandro com retrato na coluna social
Malandro com contrato, com gravata e capital
Que nunca se dá mal⁴

Em relação à mudança que assinalai no primeiro parágrafo do ensaio, simplesmente não fui capaz de propor nenhuma hipótese satisfatória. Em 2004, retornei ao problema, sublinhando o paradoxo da surpreendente alteração no primeiro parágrafo do ensaio, associando-a à “lírica do exílio”, isto é, à forma de pensamento definidora da experiência histórica brasileira (CASTRO ROCHA, 2004). No entanto, no fundo, o problema me escapou de novo; anotar o paradoxo e explorar certo ângulo foi o máximo que consegui, mas o paradoxo mesmo seguiu intocado. Em 2012, voltei à carga, privilegiando desta vez o apagamento meticuloso que Sérgio Buarque de Holanda realizou da presença de Gilberto Freyre na segunda edição. Se em 1936 o autor de *Casa-grande & senzala* ocupava papel de protagonista em alguns trechos do livro, nas edições posteriores seu nome é literalmente suprimido em todas as passagens nas quais era mencionado na primeira edição (idem, 2012). Por fim, na edição comemorativa dos oitenta anos de *Raízes do Brasil*, pesquisei a gênese da noção de “homem cordial” na estrutura do texto (idem, 2016). Como se percebe, nesses dois últimos casos, sequer mencionei o paradoxo que me inquietou desde o meu primeiro livro.

Hora, portanto, de revisitar o problema. Talvez finalmente tenha uma hipótese que me permita dar um passo adiante.

4 Para uma análise aguda das relações entre o historiador e o compositor, ver Starling, 2009.

Recordemos a primeira edição, publicada em 1936. Nela, o livro principia com um otimismo que me deixou perplexo (e segue me inquietando):

Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar *o fato verdadeiramente fundamental* de constituirmos o *único esforço bem-sucedido* em larga escala, de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e sub-tropical. Sobre território que, povoado com a mesma densidade da Bélgica, chegaria a comportar um número de habitantes igual ao da população atual do globo, *vivemos uma experiência sem símile*. (BUARQUE DE HOLANDA, 1936, p. 3, grifos meus.)

É curioso que Sérgio Buarque retome o exemplo do conde Affonso Celso em seu panegírico *Porque me ufano do meu país*. Recorde-se a comparação: “Quer isto dizer que se a população do Brasil igualar a densidade da população belga, tornar-se-á superior a que se calcula existir hoje na terra inteira” (CELSO, s.d. [1900], p. 6). A dicção ufanista não é a mesma, claro está, mas a qualificação da experiência colonial é muito eloquente. No estudo dos primórdios da sociedade brasileira, *o fato verdadeiramente fundamental* reside na constatação do *único esforço bem-sucedido*, em escala planetária, *de transplantação da cultura europeia!* Em consequência, e não poderia ser diferente, *vivemos uma experiência sem símile*. O texto é tão explícito que dirime toda e qualquer possível dúvida: o exemplo brasileiro não tem paralelo em termos de êxito na sua formação.

Para que o efeito de contraste entre as edições fique ainda mais claro, reproduzo a abertura da edição de 1967, o texto definitivo de *Raízes do Brasil*; a versão que se lê hoje em dia:

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, *se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar*, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. (BUARQUE DE HOLANDA, 1989 [1967], p. 3, grifos meus.)

No primeiro caso, vale a pena reiterar, a experiência brasileira é sem igual porque exitosa: a leitura da passagem dispensa maiores esforços hermenêuticos. E o sucesso necessariamente implica dizer que a aclimação da cultura europeia ocorreu da melhor maneira possível. O parágrafo de abertura da primeira edição pareceria portanto a própria metonímia do título. O intérprete poderia encontrar os fundamentos da formação social, já que, desde seus primórdios, o processo civilizatório brasileiro exemplificaria

uma feliz e rara coincidência entre intenção e gesto. As raízes do Brasil poderiam ser reveladas, inclusive vistas a olho nu, fratura exposta sem dor alguma, pois, e permitam-me ser redundante, segundo o ensaísta, constituímos o *único esforço bem-sucedido* de transplantação cultural.

Uma pergunta inesperada se impõe. Não é verdade que se escuta na abertura do ensaio de 1936 um eco do parágrafo de abertura de *Casa-grande & senzala*, lançado em 1933 por Gilberto Freyre? A questão surpreende, pois já na segunda edição de *Raízes do Brasil* Sérgio Buarque esforçou-se ao máximo para se afastar da presença de Freyre, que, aliás, foi o editor da coleção Documentos Brasileiros, na qual *Raízes do Brasil* apareceu como primeiro título. A partir de 1945, as diferenças políticas entre os dois somente cresceu, chegando ao ponto da desavença irreconciliável após o golpe militar de 1964⁵. No entanto, nos anos iniciais da década de 1930, nas primeiras edições, respectivamente, de *Casa-grande & senzala* e *Raízes do Brasil*, sobressaía o acordo no tocante ao caráter bem-sucedido da experiência colonial⁶:

Quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contatos dos portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical. Mudado em São Vicente e em Pernambuco o rumo da colonização portuguesa do fácil, mercantil, para o agrícola: organizada a sociedade colonial sobre base mais sólida e em condições mais estáveis que na Índia ou nas feitorias africanas, no Brasil é que se realizaria a prova definitiva daquela aptidão. (FREYRE, 1943 [1933], p. 77.)

As duas passagens celebram a vocação colonizadora portuguesa. No vocabulário de Gilberto Freyre, a plasticidade do português favoreceu o contato produtivo entre culturas, assim como sua assimilação num composto híbrido, formado por elementos lusitanos, abertos à contribuição milionária do Outro:

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma ou de outra, mas das duas. (...) A Europa reinando mas sem governar: governando antes a África. (FREYRE, 1943 [1933], pp. 78-9).

5 Para um estudo de suas diferentes concepções de democracia, ver Rezende, 1996.

6 Para uma análise de certa proximidade entre os dois autores, ver Costa, 1992.

Pedro Meira Monteiro apontou corretamente que Sérgio Buarque retomou essa imagem, definindo a Península Ibérica como “região indecisa entre a Europa e a África” (MONTEIRO, 1998, p. 136 [nota 7]). Compreende-se a retomada: mais do que uma metáfora em comum, os dois autores compartilhavam a mesma avaliação excepcionalmente positiva no tocante aos primórdios da história colonial. É certo que a contenção da escrita de Sérgio Buarque jamais chegaria à prosa gorda de quem se criou no embalo da rede. Penso, sem dúvida, no poema-homenagem de João Cabral:

Ninguém escreveu em português
no brasileiro de sua língua:
esse à-vontade que é o da rede,
dos alpendres, da alma mestiça,
medindo sua prosa de sesta,
ou prosa de quem se espreguiça
(MELO NETO, 1994 [1975], p. 387.)

João Cabral sempre soube elogiar com malícia: para quem conhece a obra do poeta, a palavra que encerra o poema também anuncia o impulso oposto de seu projeto construtivo. No entanto, apesar da diferença no estilo da prosa, entre o excesso e a contenção, a abertura da primeira edição de *Raízes do Brasil* corroborava o otimismo do sociólogo pernambucano: dicções diferentes, porém afinadas no mesmo tom fundamentalmente positivo. Érico Veríssimo deu eloquente testemunho sobre o estilo dos dois autores. Derramou-se em elogios a Freyre:

Ele escreve informalmente, de modo muito colorido, e deve-se dizer que despojou a sociologia de sua camisa engomada e de seu sobretudo — para fazê-la usar roupas leves e esportivas. Lê-se seus livros com verdadeiro gosto, como se fossem romances altamente divertidos (VERÍSSIMO, 1995 [1945], pp. 120-1.)

Já Sérgio Buarque mereceu apenas uma curta observação: “é autor de um ensaio bem escrito, *Raízes do Brasil*” (ibidem, p. 121).

Nesse contexto de aproximações, vale recordar: *Raízes do Brasil* foi o primeiro volume da coleção Documentos Brasileiros, na época coordenada por Gilberto Freyre para o editor José Olympio. Freyre inclusive escreveu o prefácio, no qual esclareceu os propósitos da coleção, mais do que apresentou o livro. Vejamos um trecho:

A série que hoje se inicia com o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, vem trazer ao movimento intelectual que agita nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda

virgem. Desde o inventário à biografia, desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio. (FREYRE, 1936, p. V.)

Como se percebe, a ênfase recaiu na descrição dos propósitos da coleção, que correspondia ao projeto freyriano de ampliação máxima dos objetos de estudo para uma compreensão nova do fenômeno sociológico. O terceiro parágrafo do prefácio de sete páginas é inteiramente dedicado ao autor de *Raízes do Brasil*:

Os organizadores desta coleção foram ainda felizes podendo fazer do trabalho de Sérgio Buarque de Holanda o seu volume nº 1. O escritor paulista é uma daquelas inteligências brasileiras em que melhor se exprimem não só o desejo como a capacidade de analisar, o gosto de interpretar, a alegria intelectual de esclarecer. Quando apareceu, há dez ou doze anos, ao lado de Prudente de Moraes, neto, — talvez a vocação mais pura de crítico que já surgiu entre nós — foi logo revelando as qualidades e o gosto, que agora se afirmam vitoriosamente. (Ibidem.)

Em 1936, portanto, as afinidades entre os dois autores permaneciam sendo eletivas. Contudo, na edição definitiva, enriquecida com importante introdução de Antonio Candido, “O significado de *Raízes do Brasil*”, o parágrafo de abertura sofreu uma mudança radical. No fundo, finalmente creio que posso avaliar seu alcance e propor uma hipótese que se associa com a tradição do pensamento social brasileiro (repito a passagem para reforçar o contraste):

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, *se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar*, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. (BUARQUE DE HOLANDA, 1989 [1967], p. 3, grifos meus.)

A modificação não poderia ser maior, já que, agora, a experiência histórica brasileira parece condenada ao descompasso entre as ideias e seu lugar. Destaque-se o fator decisivo: não se trata de correção estilística, que vise aprimorar a expressão ou torná-la mais clara, tampouco do acréscimo de novos dados, que aprimorem o argumento, *mas da supressão completa de ideia-chave, simplesmente substituída pelo seu contrário*. E isso sem

mediação alguma: de um extremo ao outro, não há como atar as pontas, como se Bento Santiago se insinuasse na escrita de *Raízes do Brasil*. Os fatores da formação social brasileira que surgiam caracterizados como o *único esforço bem-sucedido* de transplantação cultural em larga escala, passam a surgir como definitivamente estrangeiros às condições tropicais. O trânsito do próprio ao alheio realiza-se abruptamente, como se entre as duas passagens não residisse um paradoxo de difícil entendimento. Contudo, apesar da notável mudança, tanto nas primeiras edições quanto na definitiva seguia o célebre trecho (com pequenas modificações):

Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições, nossa visão de mundo, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, *somos ainda uns desterrados em nossa terra*. (BUARQUE DE HOLANDA, 1948 [1936], p. 15, grifos meus.)

Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, *somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra*. (Idem, 1967 [1936], p. 3, grifos meus.)

Nas primeiras duas edições, somente faltava o advérbio “hoje”, o resto da frase é praticamente o mesmo, preservando-se porém o mesmo juízo — a sutil mudança conceitual de “formas de vida” para “formas de convívio” e de “visão de mundo” para “ideias” corresponde a uma correção conceitual que afasta a escrita de uma dicção filosófica alemã pela substituição das noções de *Lebensform* e *Weltanschauung*⁷. Uma pergunta se impõe: como é possível que ainda não se tenha discutido divergência tão flagrante? Os brasileiros tiveram uma experiência única porque bem-sucedida, mas, ao mesmo tempo, como resultado, vivem desenraizados em seu próprio país. Esse é paradoxo que preciso finalmente enfrentar: *como ser ao mesmo tempo bem-sucedido e desterrado?*

Na verdade, Sérgio Buarque não inovou com a célebre frase. Euclides da Cunha já empregara a ideia do desterro em *Os sertões*, seja como reminiscência do estatuto colonial, seja como imagem metafórica do desconhecimento dos brasileiros do litoral em relação aos brasileiros do sertão: “*O Brasil era a terra do exílio; vasto presídio com que se amedrontavam os heréticos e os relapsos, todos os passíveis do morra per ello da sombria justiça daqueles tempos*” (CUNHA, 1998 [1902], p. 85, grifos meus). Num

7 Marcus Vinicius Corrêa Carvalho (1997) estudou a relação de Sérgio Buarque de Holanda com o pensamento alemão em sua dissertação de mestrado; ver especialmente o capítulo 2, “Um estudo compreensivo” (pp. 40-107).

ensaio posterior, “Terra sem história (Amazônia)”, Euclides inclusive antecipara a fórmula: “Naqueles lugares, o brasileiro salta: é estrangeiro: e está pisando terras brasileiras” (idem, 1999 [1909], p. 7).

No meio do caminho entre *Os sertões* (1902) e *Raízes do Brasil* (1936), Alberto Torres já havia dado plena caracterização à ideia:

Os brasileiros são, todos, estrangeiros na sua terra, que não aprenderam a explorar sem destruir, e que têm devastado, com um descuido, de que as afirmações dos meus trabalhos dão ainda um pálido reflexo. Os que habitam as cidades fazem-se, por sua vez, ainda mais estrangeiros, exibindo uma fictícia civilização de luxos mentais e de luxos materiais, inteiramente alheios à vida nacional (...)

Deste estado de desencontro, de ignorância e de conflito, entre a terra e os seus habitantes, entre as raças e o meio cósmicos, e entre as raças, o meio, as instituições, os costumes e as ideias, resultam os traços que formam o relevo convulsionado de nossa estrutura nacional. (TORRES, 1915. pp. 13-4, grifos meus.)

O ponto é importante: na tradição do ensaísmo brasileiro até a publicação de *Casa-grande & senzala*, o tom dominante era marcado pela incredulidade em relação às origens e, portanto, pela desconfiança no tocante ao futuro do país. A imagem do exílio na própria terra consagrou-se nas mais diferentes áreas, sugerindo um obstáculo em aparência intransponível, tornando o presente refém de um passado que futuro algum poderia transformar ou redimir. O livro de Alberto Torres é de 1915; somente dois anos depois, Olavo Bilac deu forma literária definitiva ao sentimento, em seu soneto “Música brasileira”, reunido no livro *Tarde* (1917):

Tens, às vezes, o fogo soberano
Do amor: encerras na cadência, acesa
Em requebros e encantos de impureza,
Todo o feitiço do pecado humano.

Mas, sobre essa volúpia, erra a tristeza
Dos desertos, das matas e do oceano:
Bárbara poracé, banzo africano,
E soluços de trova portuguesa.

És samba e jongo, chiba e fado, cujos
Acordes são desejos e orfandades
De selvagens, cativos e marujos:

E em nostalgias e paixões consistes,
Lasciva dor, beijo de três saudades,
Flor amorosa de três raças tristes.

O sentido dessa tristeza peculiar reúne a incomum conjunção de três exílios, como os plásticos versos de Bilac acentuam; afinal, se trata de música cujos “Acordes são desejos e orfandades/ De selvagens, cativos e marujos”. O sentimento é muito pouco metafísico, pois, pelo contrário, é historicamente enraizado. Não estamos diante da melancolia romântica ou do *spleen* baudelairiano, porém, de uma circunstância determinada, cuja historicidade evoca a expansão ultramarina portuguesa e suas conseqüências mais dolorosas: os índios perderam o direito à terra; os africanos, o domínio sobre seus corpos; os portugueses, deixaram sua pátria. Nos três casos, a sensação dominante é a do exílio, ou, no mínimo, da ausência de pertencimento completo a um território definido. Com efeito, não estar de todo em lugar algum se torna a marca dessa forma de convívio. Não surpreende, pois, que sua expressão musical tenha como vocação profunda, quase exclusiva, a tristeza.

A perspectiva ácida de Capistrano de Abreu autoriza o passo adiante que proponho. Em seu juízo, no Brasil Colônia, “vida social não existia, porque não havia sociedade” (ABREU, 1988 [1907], p. 256). Anote-se a radicalidade desse pensamento, pois, agora, não é mais o brasileiro que se sente desterrado numa paisagem inóspita, é antes o próprio país que se encontra à deriva, incapaz de integrar-se num todo minimamente orgânico.

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e pela comunidade passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular — eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos. (Ibidem.)

Poderia multiplicar exemplos, mas o que importa é recordar que a dicção fundamentalmente solar, mesmo celebratória, de Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala* foi uma real novidade em 1933. O parágrafo de abertura de *Raízes do Brasil* inaugurou uma dualidade de grande interesse, como se uma terceira via fosse possível: entre a condenação do desterro e o ufanismo do Brasil bem brasileiro, Sérgio Buarque forjou a imagem bifronte do “bem-sucedido e exilado na própria terra”. Contudo, a partir da segunda edição, a riqueza se perdeu e retornamos ao puro impasse, ao mero desterro.

Por quê?

A hipótese

Uma possível alternativa ao dilema encontra-se nos versos certos de Carlos Drummond de Andrade, no poema intitulado “Hino Nacional”, no qual se encena a reconstrução de diversos esforços de constituição simbólica do país. Para quem não se lembra, eis os primeiros versos do poema:

Precisamos descobrir o Brasil
Escondido atrás das florestas,
com a água dos rios no meio.
O Brasil está dormindo, coitado.
Precisamos colonizar o Brasil.
(DRUMMOND DE ANDRADE, 1988 [1936], p. 108.)

Colonizar o Brasil, ou seja, despertá-lo, conferir-lhe sentido. Não será essa a vocação do pensamento social brasileiro, não será ao menos esse o seu projeto? O poema de Drummond vira pelo avesso precisamente essa pretensão; afinal, nos versos finais, eis que o próprio “Brasil” parece resistir a todas as tentativas de apreender sua essência (como um aviso claro de sua volatilidade?):

Precisamos, precisamos esquecer o Brasil!
Tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado,
Ele quer repousar de nossos terríveis carinhos.
O Brasil não nos quer! Está farto de nós!

Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.
Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?
(Ibidem.)

Não se pode ignorar tal paradoxo, que, a seu modo, antecipa em dois anos o problema levantado pelo primeiro parágrafo de *Raízes do Brasil*. “Hino nacional”, poema de *Brejo das almas*, foi publicado em 1934. Quatro anos antes, a Revolução de 30 aprofundara o processo de modernização que, além da transformação das estruturas econômicas e sociais, incluía um ativo programa cultural cuja meta era tornar os brasileiros orgulhosos do país mediante a promoção de potencialidades até então negligenciadas. Precisamente o movimento que deveria levar à decadência das relações cordiais, o que, como vimos, não ocorreu. No irônico verso de Drummond: “Precisamos descobrir o Brasil./ Escondido atrás das florestas”. Contudo, impenetrável *floresta de símbolos*, o “Brasil” que não existe é o mesmo “Brasil” que não se rende às tentativas de traduzi-lo.

O projeto de decifração da esfinge-Brasil levou à cooptação de boa parte da geração modernista pelo Estado, incluindo o próprio poeta mineiro.

Em 1936, ano de publicação de *Raízes do Brasil*, foi criada a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, convertida em valioso instrumento para assegurar a popularidade de Getúlio Vargas. Aparentemente, o Brasil ali estava, pronto para ser “decifrado” e adequadamente difundido pelas ondas de rádio, filmes de propaganda política, artigos de jornal, promoção de artes plásticas, estímulo à produção literária — romances, poemas, crônicas: todos os gêneros eram bem-vindos, desde que confirmassem a versão oficial — e, por fim, ensaios de interpretação da nacionalidade.

Numa primeira leitura, o poema de Drummond esclarece que o Brasil oficial não passava de artifício resultante de cuidadosa orquestração política. Dessa perspectiva, o paradoxo se converte numa crítica: o “Brasil” oficial não coincide com o Brasil *profundo*. Talvez por isso o Brasil inexistente, ao mesmo tempo, proclame sua própria inexistência. Em outras palavras, há um Brasil que precede o Estado e, conseqüentemente, não pode ser reduzido à imagem oficial. É como se o Brasil fosse um signo tão pleno de sentido que não pudesse ser apreendido por uma simples operação hermenêutica. O velho clichê prevalece nessa leitura: tão exuberante quanto sua natureza, o Brasil, o Brasil-em-si-mesmo, o Brasil bem brasileiro das declarações ufanistas *à la* Affonso Celso, em lugar de interpretado racionalmente, só pode ser sentido com o coração, pois, ante a plenitude do objeto, a linguagem parece incapaz de expressá-lo.

No entanto, tal leitura não dá conta da complexidade da intuição drummondiana. Se fosse satisfatória, como poderia a pergunta que encerra o poema duvidar da existência dos próprios brasileiros? Se o Brasil-em-si-mesmo excede sua ficção oficial, ele não se teria necessariamente inscrito no “povo”, origem da essência nacional, como afirmaria qualquer narrativa romântica? Mais inquietante que pôr em dúvida a existência do Brasil é questionar a realidade dos brasileiros. Se o povo é tão ficcional quanto a narrativa que o Estado forja do país, então, onde estamos? Ou: o que (não) somos *nós*?

A via sentimental evoca a brilhante análise que José Guilherme Merquior propôs do poema icônico de Gonçalves Dias, “Canção do exílio”. Leia-se a conclusão do célebre ensaio:

Profundamente brasileira é a saudade da terra natal, na forma de um desprezo cego pela realidade objetiva do país. (...) desgraçados de nós se perdermos a fé desse amor-vontade; desgraçados de nós, se então justificássemos o amor da nossa terra pela sua grandeza palpável — porque teríamos perdido a feição mais nobre do sentimento da terra natal, que é essa reserva, esse poder de amá-la, sem outra justificativa que o próprio amor. (MERQUIOR, 1996 [1965], pp. 67-8.)

Vale dizer, o *amor-vontade*, alheio à *realidade objetiva do país*, opera como os brasileiros afoitos do poema de Drummond, em seu afã de “despertar o Brasil” a todo custo. Pelo contrário, por que não radicalizar a aguda análise de Merquior, por meio de um retorno final ao paradoxo das edições de *Raízes do Brasil*?

Uma última vez, portanto, e agora, a citação na íntegra do parágrafo de abertura do ensaio:

Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o *fato verdadeiramente fundamental* de constituirmos o *único esforço bem-sucedido em larga escala*, de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e sub-tropical. Sobre território que, povoado com a mesma densidade da Bélgica, chegaria a comportar um número de habitantes igual ao da população atual do globo, *vivemos uma experiência sem símile*. Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições, nossa visão de mundo, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, *somos ainda uns desterrados em nossa terra*. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar até à perfeição o tipo de cultura que representamos: o certo é que todo fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça participa fatalmente de um estilo e de um sistema de evoluções naturais a outro clima e a outra paisagem. (BUARQUE DE HOLANDA, 1936, p. 3, grifos meus.)

Hora de apresentar a hipótese que por tanto tempo me driblou.

Vamos lá: Sérgio Buarque talvez tenha intuído o verdadeiro desafio da formação da sociedade e do pensamento social brasileiro.

Creio que posso formular a contradição com as palavras de Aldir Blanc, em “Querelas do Brasil”:

O Brasil não conhece o Brasil
O Brasil nunca foi ao Brasil
(...)
O Brasil não merece o Brasil
O Brasil tá matando o Brasil
(...)
Do Brasil S.O.S. ao Brasil
Do Brasil S.O.S. ao Brasil

O pensamento social brasileiro, e dificilmente poderia ser de outro modo, parte do princípio da *existência*, ainda que *potencial*, de seu objeto de estudo: a formação do país. Numa palavra: *Brasil*.

E se lêssemos no paradoxo buarquiano da primeira edição de *Raízes do Brasil* uma disjunção que define *profundamente* o dilema nacional? Isto é, retornando aos termos de Aldir Blanc, há um *Brazil* de fato exitoso, que enriqueceu nas condições coloniais e que se desdobra hoje por meio de uma brutal *história de desigualdade*, construída às expensas do *Brasil*⁸.

De um lado, há um país-Brasil, perfeitamente bem-sucedido, *uma experiência sem símile*, cuja economia encontra-se entre as maiores do mundo, e cujos protagonistas elaboraram um sistema político que assegura sua preservação, assim como montaram uma máquina econômica que transfere renda automaticamente para os seus próprios centros. De outro, *desterrados em nossa terra*, há a promessa nunca realizada de uma nação-Brasil, na qual somos todos coadjuvantes, *somos todos Otelo*, numa circunstância de precariedade permanente, numa instabilidade tornada respiração artificial, à margem da plena cidadania e dos benefícios da riqueza que não se deixa de produzir.

O *Brasil tá matando o Brasil* — e aqui o gerúndio se impõe.

Nenhum Brasil existe — o verso de Drummond ilumina toda uma experiência histórica, cujo paradoxo insuportável Sérgio Buarque de Holanda expôs na primeira edição de *Raízes do Brasil*, mas cuja tensão não conseguiu suportar e, por isso, nas revisões posteriores, resolveu a contradição, mas empobreceu a reflexão.

Por que não imaginar uma variante do pensamento social brasileiro cujo propósito consistiria em surpreender em ensaios como os de Capistrano de Abreu e de Alberto Torres as instâncias nas quais se suspende o que em tese se deveria afirmar, o próprio “Brasil”?

Uma variante do pensamento social que descobrisse o improvável e cuja epígrafe não poderia senão ser o verso definitivo e perturbador de Carlos Drummond Andrade, “Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. 7. ed. Organização de José Honório Rodrigues. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988 (1907).
- BASTOS, Elide Rugai. “Atualidade do pensamento social brasileiro”. *Revista Sociedade e Estado*, São Paulo / Brasília, v. 26, n. 2, pp. 51-70, maio-ago. 2011.

8 Em relação ao século XX, ver Souza, 2018.

- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- _____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948 (1936).
- _____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989 (1967).
- _____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. *'Raízes do Brasil', 1936: Tradição, cultura e vida*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1997.
- CASTRO ROCHA, João Cezar. “O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados. Ou: por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*”. In: _____. *O exílio do homem cordial*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004, pp. 105-41.
- _____. “Raízes de uma rivalidade literária: Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre”. *Dicta & Contradicta*, São Paulo, v. 9, pp. 10-28, jul. 2012.
- _____. “Um conceito ou um baixo contínuo? Venturas e desventuras do homem cordial”. In: BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 457-63.
- _____. *Literatura e cordialidade: O público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.
- CELSO, Affonso. *Porque me ufano do meu país*. 6a. edição. Rio de Janeiro: Garnier, s.d. (1900).
- COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. “Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 26, pp. 219-48, 1992.
- CUNHA, Euclides da. “Terra sem história (Amazônia)”. In: _____. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (1909).
- _____. *Os sertões: Campanha de Canudos*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 1998 (1902).
- DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. “Hino nacional”. In: _____. *Brejo das almas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988 (1936), pp. 108-9.
- FREYRE, Gilberto. “Documentos Brasileiros”. In: BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. V.
- _____. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943 (1933).
- LYNCH, Christian Edward Cyril. “Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-67, 2013.
- MELO NETO, João Cabral de. “*Casa-grande & senzala*, quarenta anos”. In: _____. *Museu de tudo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994 (1975).
- MERQUIOR, José Guilherme. “O poema do lá”. In: _____. *Razão do poema*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 (1965), pp. 67-8.
- MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

- REZENDE, Maria José. “A democracia em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda”. *Plural*, São Paulo, n. 3, pp. 14-48, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. “Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 82, pp. 11-6, 2011.
- SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. *Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil – 1926-2013*. São Paulo: Anpocs/Hucitec, 2018.
- STARLING, Heloisa. *Uma pátria para todos: Chico Buarque e Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.
- TORRES, Alberto. *As fontes da vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.
- VERÍSSIMO, Érico. *Breve história da literatura brasileira*. São Paulo: Globo, 1995 (1945).